



Waldemir Barreto/Agência Senado

Objetivo das propostas é harmonizar direitos com crescimento do comércio

Normas para profissão de comerciante serão debatidas

Tema da pauta do Senado, a regulamentação da profissão de comerciante deverá ser discutida em audiência pública. Os projetos, de autoria de Paulo Paim e Pedro Simon, aguardam designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais, onde serão votados em decisão terminativa. Piso salarial e jornada de trabalho são os principais pontos das proposições. **4**

Proposta fixa novo critério para pagar 13º

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais projeto que obriga as empresas a pagarem entre janeiro e junho a primeira parcela do 13º salário. **4**

Serys quer equilíbrio no desenvolvimento

Temos de desenvolver Mato Grosso por inteiro, disse Serys Shessarenko, preocupada com a disparidade nos números de crescimento das regiões do estado. **2**

Projetos do Senado buscam aumentar segurança no trânsito

Dez propostas apresentadas por senadores em 2008 visam reduzir o número de acidentes nas ruas e estradas do país – mesmo objetivo da comemoração, ontem, do Dia Nacional do Trânsito. Os projetos tratam, entre outras questões, da segurança dos veículos, da punição a quem dirige alcoolizado, dos motoristas profissionais e da definição sobre a ocorrência de dolo ou culpa em acidente. **3**



Transitoarquivo2008/Flickr

Propostas de senadores buscam garantir mais proteção aos motoristas – profissionais ou não –, passageiros e pedestres e reduzir acidentes

Senadora destaca o rápido crescimento do interior de Mato Grosso, mas lamenta redução do PIB de Cuiabá



Jonas Pereira

Serys considera preocupante situação de 13 cidades do vale do rio Cuiabá

Serys reivindica investimentos em municípios de MT

DEPOIS DE PASSAR os últimos dias percorrendo o interior de Mato Grosso, a senadora Serys Shessarenko (PT-MT) disse, em discurso, que o desenvolvimento do estado é "impressionante". Registrou que as exportações de Mato Grosso aumentaram 66% no primeiro semestre do ano, comparando-se com o mesmo período do ano passado. O número de empresas criadas nos últimos cinco anos chegou a 100 mil e o produto interno bruto (PIB) local aumentou 44% de 1995 a 2005, afirmou.

A senadora, no entanto, considerou preocupante a situação de 13 municípios do vale do rio Cuiabá, que não vêm crescendo, apesar de seu potencial. Ela disse lamentar que a capital mato-grossense tenha apresentado uma redução de 30% no seu PIB, também entre 1995 e 2005. Serys defendeu a adoção de programas e investimentos para esses municípios, informando que tem participado de um fórum que discute soluções para a região.

– Temos de desenvolver Mato Grosso como um todo, por inteiro. Cuiabá precisa de soluções estruturais e competitivas para sua interligação às outras regiões do país, o que garantirá a competitividade dos seus empresários – recomendou.

Serys informou que o ministro da Educação, Fernando Haddad, anunciou no último domingo, em Rondonópolis (MT), que o governo federal pretende criar, por ano, 35 mil vagas nas universidades federais, especialmente no interior. Em 2009, essas instituições irão oferecer 227 mil vagas, mais que o dobro de ofertas em 2003.

Para a senadora, são programas como esse que mantêm a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem a aprovação de 77% dos brasileiros. Conforme destacou, a última pesquisa de nível nacional mostrou que o chefe do governo tem aprovação da maioria absoluta da população, inclusive dos mais ricos e escolarizados.

Interlegis realizará novos censos do Legislativo

O Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, vai promover no segundo semestre de 2009 dois novos censos sobre o Poder Legislativo brasileiro.

Uma das pesquisas, o Censo do Legislativo – já em sua segunda edição –, fornecerá uma radiografia completa sobre esse poder no Brasil, identificando suas virtudes e problemas. O levantamento será realizado em conjunto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Senado Federal, por meio do Interlegis.

Já o 2º Censo do Legislativo

Brasileiro irá buscar informações detalhadas sobre o funcionamento das 5.562 câmaras municipais e das 26 assembleias legislativas, além da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Paralelamente a esse levantamento, o Interlegis realizará, pela primeira vez, o Censo do Legislador, que pretende identificar a trajetória política dos legisladores brasileiros e o modo como vêm trabalhando.

As primeiras parcerias estão sendo firmadas. No último dia 10 de setembro, a coordenadora de pesquisas Telma Venturelli e o consultor em informática

Adalberto Alves de Oliveira, ambos do Serviço de Planejamento e Projetos Especiais do Interlegis, foram à Assembleia Legislativa do Maranhão em busca de parceria para a nova pesquisa.

A Assembleia Legislativa maranhense irá ceder um consultor estatístico para os novos censos, que auxiliará no planejamento e na análise dos estudos. Em outubro, os servidores responsáveis retornam à Assembleia, para fechar o plano amostral com o consultor.

(Com Assessoria de Imprensa do Interlegis)

ILB dá formação profissional a recrutas da Marinha

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) está realizando mais uma edição do projeto Soldado Cidadão, organizado pela Marinha em parceria com o Senado. O programa consiste na capacitação técnico-profissional e formação de marinheiras para o ingresso no mercado de trabalho.

Trata-se de um projeto de repercussão nacional, gerenciado pelo Ministério da Defesa, que está sendo executado pelo Instituto Legislativo Brasileiro há três anos. Esta é a quinta turma a ser formada pelo Soldado Cidadão, que irá capacitar 30 novas marinheiras.

As recrutas são jovens voluntárias, com idades entre 18 e 24 anos, de perfil socioeconômico carente, que ao final do curso receberão um diploma e estarão aptas a prestar serviços ao Hospital Naval e ao Ministério da Marinha.

O projeto é composto de seis cursos básicos voltados para o desenvolvimento pessoal e profissional. O primeiro curso, Busca da Qualidade: Atendimento ao Cliente, foi iniciado esta semana e se encerra hoje. Em seguida serão ministrados os cursos Introdução à Informática, Windows Word, Excel Básico, Português Instrumental, Redação Criativa e Secretariado Básico.

Os professores são servidores do Senado contratados pelo Instituto Legislativo Brasileiro especificamente para o projeto Soldado Cidadão.

Seminário avalia segunda geração de biocombustíveis

O Centro de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, em cooperação com o Interlegis, realiza hoje, às 9h30, o seminário "A viabilidade da segunda geração de biocombustíveis: uma simulação para o caso do Brasil", na Sala 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado.

O seminário será apresentado pelo consultor Fernando Lagares Távora e baseia-se em pesquisa para seu curso de mestrado na Universidade Wageningen (Holanda).

A pesquisa estuda a viabilidade, a partir de análise de custo-benefício, da produção tradicional combinada ao uso da lignocelulose da biomassa para a produção de etanol como uma alternativa para reduzir a área de plantio. Uma tentativa de analisar o impacto de CO₂ foi também desenvolvida.

Após a apresentação do trabalho, será franqueado o debate. Há 20 vagas para participantes e as inscrições podem ser feitas mediante envio de e-mail para conlegestudos@senado.gov.br, com o título "seminário biocombustíveis", informando o nome e a instituição de trabalho/estudo.

O seminário é um evento técnico e não uma audiência pública do Senado Federal, não sendo garantida a palavra para manifestações de grupos ou associações com interesse direto no assunto tratado.

Senado promove campanha em favor das crianças

A Secretaria de Relações Públicas do Senado promove a campanha "Semana da Criança", para motivar servidores, terceirizados e estagiários da Casa a colaborar no atendimento ao maior número possível de creches (ou abrigos) com até 150 crianças, de faixa etária entre zero e 12 anos, que não recebem apoio financeiro externo regular, sorteadas entre instituições com esse perfil fiscalizadas pela Secretaria de Ação Social do governo do Distrito Federal.

Os funcionários poderão doar seu tempo, brinquedos novos, alimentos não perecíveis (itens mais solicitados em sondagem prévia, especialmente leite), material desportivo, de limpeza e de higiene pessoal (sabonetes, escovas de dentes de zero a 12 anos, creme e fio dental, xampu, fraldas descartáveis) e livros paradidáticos. Serão colocadas caixas coletoras em diversos pontos da Casa para as doações.

Já está garantida uma parceria com a Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (Sams), que oferecerá consultas dentárias às crianças, e com servidores que farão apresentações teatrais.

A campanha se iniciará com o recolhimento dos doativos, entre os dias 29 de setembro e 3 de outubro, e se encerrará com uma sessão especial no Plenário do Senado, em 10 de outubro, às 10h, em homenagem ao Dia da Criança, com a presença de crianças das instituições visitadas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão ordinária, às 9h, é não-deliberativa e se destina a pronunciamentos de senadores e leitura de expediente.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Gim Argello

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Alvo do Dia Nacional do Trânsito – segurança de motoristas, passageiros e pedestres – coincide com objetivos de propostas em tramitação no Senado



O número de mortes em acidentes de trânsito caiu em 8% após a Lei Seca

Michel Willing/SMCS

Dez projetos sobre trânsito foram apresentados em 2008

A SEMANA NACIONAL do Trânsito já acontece anualmente, entre 18 e 25 de setembro, desde que foi instituído o Código de Trânsito Brasileiro, em 1997. As comemorações se encerram no Dia Nacional do Trânsito, celebrado ontem, e buscam favorecer práticas mais seguras ao volante e na circulação de pedestres – que é também o objetivo de diversos projetos de lei de iniciativa de senadores.

Dez das propostas em tramitação no Congresso foram apresentadas no Senado este ano e trazem diferentes contribuições para um cenário menos violento do que o atual.

Uma das idéias, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), é obrigar os fabricantes a incluírem novos

itens de segurança nos veículos (PLS 307/08). Três projetos – PLS 331/08, PLS 1/08 e PLS 41/08, os primeiros de Cristovam Buarque (PDT-DF) e o terceiro de Lúcia Vânia (PSDB-GO) – buscam combater os acidentes provocados pela combinação entre álcool e direção.

Entre as propostas, está também a que tem como finalidade o reconhecimento oficial, no Brasil, da data de 23 de setembro como o Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito.

Defendido pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), o projeto (PLS 267/08) busca materializar no país uma recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) aos países-membros, emanada em resolução de 2005. Pronto para votação, o texto

tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com recomendação favorável do relator, Renato Casagrande (PSB-ES).

Camata menciona 327.469 mortes em acidentes de trânsito no Brasil, nos últimos dez anos. Citado pelo senador, estudo do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostra o Brasil em posição bastante desconfortável em relação a outros países quanto a acidentes de trânsito. Aqui, contando somente as rodovias federais, a taxa de óbitos por mil quilômetros de estrada é de 106,8. A mesma comparação produz uma taxa de 10,1 mortes na Itália, 10,5 na Alemanha e 6,6 nos Estados Unidos.

Trânsito mata 35 mil brasileiros a cada ano

O número de mortes em consequência de acidentes de trânsito aumentou 9% entre 2002 e 2005, segundo dados do Ministério da Saúde. De acordo com o levantamento mais recente do órgão, o número subiu de 32.753 para 35.753 mortes ao ano no período. São os registros mais abrangentes, já que os computados nas áreas urbanas pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), e nas estradas pela Polícia Rodoviária Federal, contam apenas as mortes imediatas, que ocorrem ainda nas vias.

Lei Seca

Com a Lei Seca (Lei 11.705/08), de 19 de junho passado, esses números começaram a cair. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, nos três primeiros meses de vigência da lei houve uma redução de 8% nos acidentes com mortes em relação ao ano passado – foram 1.469 entre 20 de junho e 20 de setembro de 2007, contra 1.351 em 2008. Nos dois primeiros meses, a queda chegou a 13,6%. Uma das razões possíveis para o resultado ter sido menor no terceiro mês é a carência de fiscalização, sobretudo nas pequenas cidades.

Pela Lei Seca, motorista flagrado com teor alcoólico entre dois e seis decigramas de álcool por litro de sangue é multado em R\$ 955 e perde o direito de dirigir por um ano. Se o teor for de seis ou mais decigramas, será aberto inquérito penal na delegacia. O juiz poderá condenar o infrator a prisão de seis meses a três anos.

Cristovam: quem beber e dirigir pode perder o carro

Para mudar as estatísticas de acidentes, Cristovam Buarque (PDT-DF) sugere a desapropriação de veículos pertencentes a motoristas alcoolizados, já que aproximadamente metade dos acidentes está associada a esse fator. A idéia do projeto (PLS 331/08) é impor essa pena aos condutores condenados pela terceira vez por embriaguez ao volante.

Diante da visão patrimonialista nacional, o senador acredita que a perda do veículo – considerado o maior objeto de desejo

do brasileiro depois da casa própria – pode ser um instrumento mais forte de repressão do que a própria prisão do infrator.

É também de Cristovam proposta (PLS 1/08) que tipifica como hediondos os crimes resultantes de acidentes fatais provocados por motoristas sob influência de bebidas alcoólicas ou substâncias semelhantes. As duas matérias estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PLS 331/08 será relatado por Virgínio de Carvalho (PSC-SE), enquanto

o PLS 1/08 foi encaminhado a Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Lúcia Vânia (PSDB-GO) contribuiu com o PLS 41/08, em exame na CCJ, com relatoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Pelo projeto, é crime conduzir veículo automotor em via pública sob a influência de álcool ou substância de efeito análogo, mesmo sem comprovação do risco à segurança de outras pessoas. O texto do código que a senadora pretendia alterar já foi objeto de modificações pela Lei 11.705/08, posterior ao projeto.



Lúcia Vânia defende combate mais eficaz à embriaguez ao volante

Gerardo Magela

Motociclistas são tema de proposta de Marconi

Quando um homicídio decorre de acidente de trânsito, muitas vezes envolve intenso debate sobre se houve culpa ou dolo por parte do motorista. No primeiro caso, trata-se de um crime de trânsito; no segundo, verifica-se um crime intencional, com julgamento por tribunal popular. Marconi Perillo (PSDB-GO) assinou projeto (PLS 19/08) com a finalidade de fixar referências que possam orientar os juízes no momento de decidir entre as duas hipóteses. A proposta, em exame na CCJ,

tem José Maranhão (PMDB-PB) como relator.

Outro projeto de Marconi em exame na CCJ, a ser relatado também por Maranhão, trata das mortes de motociclistas, que são 25% das vítimas de acidentes fatais. A proposição (PLS 45/08), que estende seu alcance às motonetas e aos ciclomotores, proíbe a prática do “corredor” – a passagem forçada entre filas de carros, nos congestionamentos de trânsito, principal causa dos acidentes. As infrações serão classificadas

como “gravíssimas”.

Para ampliar o cerco aos motoristas irresponsáveis, Romeu Tuma (PTB-SP), por meio do PLS 253/08, defende a obrigatoriedade de exame psicológico para os infratores habituais. O exame determinará se esse condutor pode continuar a dirigir veículo. Caberá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran), órgão do Ministério da Justiça, definir o que vai configurar a habitualidade nas transgressões. Ainda não foi designado relator para a matéria na CCJ.



Marconi quer diretrizes para juiz decidir se houve dolo ou culpa em acidente

Moreira Mariz

Senadores querem veículos seguros e conservados

A segurança do condutor e dos passageiros depende muitas vezes de dispositivos de segurança dos veículos. Por isso, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defende proposta (PLS 307/08) para incluir barras de proteção lateral entre os itens de uso obrigatório nos automóveis. A proposta será relatada na CCJ por Eliseu Resende (DEM-MG).

Para Marconi Perillo, as condições de conservação do veículo são outro fator crítico para a segurança. Por isso, em mais um projeto (PLS 333/08), ele

defende um limite máximo de dez anos de uso para os carros destinados ao transporte público de passageiros. A matéria também deve ser relatada por Eliseu Resende na CCJ.

O exame das condições de segurança no trânsito inclui o debate sobre o trabalho dos motoristas profissionais, submetidos a longas jornadas diárias e a intensas pressões por índices de produtividade. Essa situação deve mudar com os esforços desenvolvidos no Senado para a aprovação do Estatuto do

Motorista Profissional.

O ponto de partida foi um projeto (PLS 271/08) de Paulo Paim (PT-RS), agora em fase de exame por um grupo de trabalho dedicado a recolher a contribuição de motoristas de caminhão, ônibus e táxis. O governo vem participando dos debates, que contam também com a presença de representantes patronais. A proposta será examinada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas já há requerimento para que passe ainda pela CCJ.



Azeredo propõe que carros saiam de fábrica com barras de proteção lateral

Gerardo Magela

Projetos de senadores, que aguardam indicação de relatores, terão decisão terminativa na CAS. Para envolver a sociedade, serão debatidos em audiência pública

Paim e Simon querem mais proteção para o comerciário

A REGULAMENTAÇÃO DA profissão de comerciário está na pauta do Senado Federal e deverá ser discutida em audiência pública. Projetos de lei sobre o assunto, de autoria dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), aguardam designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde serão votados em decisão terminativa.

Conforme o projeto de Paim (PLS 115/07), os empregados no comércio terão jornada de trabalho de seis horas diárias, de segunda-feira a sábado, e tal horário deverá ser cumprido entre as 7h e as 19h. O estabelecimento comercial que funcionar durante todo esse período, prevê a proposta, deverá adotar regime de dois turnos. Aos domingos e feriados, determina ainda a proposição, ficará proibido o trabalho dos empregados da categoria.

Na justificativa do projeto, Paim ressalta que o crescimento da atividade econômica gerou ampliação dos horários de atendimento ao público, inclusive aos domingos. Com isso, os comerciários tiveram sua jornada de trabalho aumentada – em alguns casos, esses empregados trabalham cerca de 12 horas



José Cruz



Genaldino Magalhães

As propostas de Simon (ao alto) e Paim (acima) pretendem disciplinar os horários de trabalho e melhorar as condições de vida dos comerciários

as condições de trabalho e os benefícios sociais da categoria serão promovidos no mês de novembro de cada ano. A proposta ainda institui a data de 30 de outubro como o Dia do Comerciário.

O senador informou que o texto da proposta foi aprovado por unanimidade no Congresso Nacional dos Trabalhadores do Comércio, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC).

O excesso de horas trabalhadas pelos comerciários também foi motivo de preocupação do senador Pedro Simon. Sua proposta (PLS 152/07) estabelece carga horária dos comerciários de sete horas diárias, com limite máximo de 42 horas por semana. O trabalhador que exercer atividades acima desses limites, prevê o projeto, terá direito a adicional de 100% sobre o valor da hora normal de trabalho.

Segundo a proposta de Pedro Simon, comerciário é o trabalhador que exerce atividades profissionais em empresas atacadistas e varejistas indicadas numa relação anexa à lei. Tal lista prevê 24 tipos de estabelecimentos comerciais atacadistas e 19 varejistas.

O projeto de Paim também estabelece piso salarial nacional para os comerciários no valor correspondente a três salários mínimos. A reposição salarial,

diárias. O senador defende a instituição de parâmetros para o exercício da profissão de forma que não cause "sacrifício pessoal e desgaste físico e emocional", e evite doenças profissionais e problemas de saúde desses trabalhadores.

o medicamento e, somente se não houver cura, consultar o médico.

Comissão analisa proposta para antecipar gratificação natalina

A antecipação de parte da gratificação natalina, mais conhecida como décimo terceiro salário, poderá passar a ser paga anualmente entre os meses de janeiro e junho. Projeto de lei nesse sentido (PLS 246/06), de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães, que faleceu em julho de 2007, está pronto para ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Pela lei que institui a gratificação de Natal (Lei 4.090/62), o abono é pago em duas etapas: a primeira até 30 de novembro e a segunda até 20 de dezembro. O projeto determina que o empregador antecipe a primeira parcela para o período entre janeiro e junho, pagando de uma só vez metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior. Essa antecipação não precisará ser feita a todos os empregados no mesmo mês. A segunda parcela do 13º salário, por sua vez, continuará obedecendo ao prazo estabelecido pela lei – até 20 de dezembro.

Na justificativa do projeto, o autor lembra que o adiantamento natalino, hoje, é considerado de "extrema relevância" para o trabalhador, pois são recursos destinados a pagamento de débitos diversos.

"Tanto é assim que o sistema bancário, de uma maneira geral, já dispõe de linhas de crédito que adiantam o pagamento do décimo terceiro salário para seus clientes, mediante a cobrança de tarifas que variam de banco a banco", argumentou o autor da proposta.

O adiantamento da gratificação natalina para o primeiro semestre, conforme a justificativa do projeto, poderá evitar que muitos trabalhadores precisem recorrer ao sistema financeiro em busca de empréstimos. O relator da matéria na CAS é o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou voto favorável à proposição.

Projeto de Osmar Dias pretende desestimular automedicação

Projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que tem por objetivo desestimular a prática da automedicação aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta muda o texto de advertência veiculada na propaganda de remédios – que atualmente é a de "consultar o médico se os sintomas persistirem" – para a de "consultar um médico antes de consumir qualquer medicamento".

O projeto (PLS 328/06), que já teve parecer favorável aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), será votado em decisão terminativa na CAS, onde tem como relator o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Na CCT, o relator da matéria, senador Augusto Botelho (PT-RR), destacou ter concordado com a tese do autor segundo a qual a advertência em vigor induz à automedicação. Os senadores acreditam que o texto atual contém a sugestão de que o paciente deve usar



Genaldino Magalhães

Osmar Dias considera que advertência em vigor induz população à automedicação

o medicamento e, somente se não houver cura, consultar o médico.

Para Augusto Botelho, que é médico, a nova advertência deve produzir efeito contrário, educando o cidadão no sentido de evitar o uso de medicamentos sem prévia indicação profissional.

Osmar Dias, em discurso no Plenário, considerou que a frase de advertência utilizada hoje "é um convite ao uso do medicamento sem consulta médica e sem orientação prévia".

Áreas de comércio abrangidas pela proposta de Simon

ATACADISTA	VAREJISTA
Carnes frescas e congeladas	Lojista do comércio (estabelecimentos de tecidos e vestuário, adorno e acessórios de objetos de arte, de louças finas, de cirurgia, de móveis e congêneres)
Carvão vegetal e lenha	Gêneros alimentícios
Gêneros alimentícios	Maquinismos, ferragens e tintas (utensílios e ferramentas)
Tecidos, vestuário e armário	Material médico-hospitalar e científico
Louças, tintas e ferragens	Calçados
Maquinismos em geral	Material elétrico e aparelhos eletrodomésticos
Material elétrico	Veículos
Materiais de construção	Peças e acessórios para veículos
Produtos químicos para indústria e lavoura	Carvão vegetal e lenha
Drogas e medicamentos	Feirantes
Sacarias	Frutas e verduras, flores e plantas
Pedras preciosas	Material óptico, fotográfico e cinematográfico
Papel e papelão	Livros
Jóias e relógios	Material de escritório e papelaria
Álcool e bebidas em geral	Derivados de petróleo
Couros e peles	Carnes frescas
Frutas	Produtos farmacêuticos
Vidros, plásticos, cristais e espelhos	Estabelecimentos de serviços funerários
Aparelhos e materiais óticos, fotográficos e cinematográficos	Empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos
Exportador e importador	
Sucata de ferro	
Derivados de petróleo	
Solventes de petróleo	
Minérios e pesquisas	

Concurso de Fotografias do Legislativo Federal

Tema: **O Meio Ambiente no Planalto Central**

Aberto aos funcionários, terceirizados e estagiários do Senado Federal, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União.

Inscrições: 22 de Setembro a 10 de Outubro

Informações: www.senado.gov.br/senadoverde